

A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORAS NEGRAS NA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Edilce Maria Dionizia de Oliveira¹
Herlane Victor do N. Ferreira²
Maria da Conceição dos Reis³

Resumo

O presente artigo procura compreender como a história de vida de professoras negras influenciam na sua prática pedagógica para a implementação da Lei 10.639/03 na educação básica. A partir desta indagação buscou-se: conhecer a história de vida das professoras negras, identificar como o fato de ser negra influencia na discussão das questões raciais em sala de aula, e verificar se utilizam a Lei 10.639/03 na construção do conteúdo. Para obter as informações necessárias, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, e a história de vida como ferramenta metodológica. Na organização e análise dos dados, foi adotada a análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin(2009). Este estudo busca fomentar a discussão acerca da influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica, levando em consideração suas vivências, a construção da identidade e também, a Lei 10.639/03. Constatou-se que a história de vida contribui para a afirmação identitária, desta forma influenciando diretamente a mudança de postura no cotidiano do professor, inclusive, na sua prática em sala de aula.

Palavras-Chave: História de vida, Professoras Negras, Prática pedagógica, Lei 10.639/03.

1. Introdução

As discussões teóricas acerca das questões étnico-raciais têm crescido e se aprofundado no âmbito acadêmico, principalmente nos cursos provenientes da área de humanas. Muitas dessas discussões estão voltadas para promulgação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório nos ensinos fundamental e médio, o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e africana.

A Lei 10.639/03 é um avanço que repercute na prática pedagógica do (a) professor (a), no entanto, ela em si não garante que o conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira e africana seja implementado em sala de aula, uma vez que, perpassa a visão dos docentes sobre o tema, onde, na maioria das vezes, reproduz o currículo eurocêntrico que privilegia a cultura branca, masculina e cristã, ficando à cargo do professor (a) a decisão de efetivar ou não o conteúdo referente à Lei 10.639/03.

¹ Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. edilceoliveira25@hotmail.com

² Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. herlane.victor@email.com

³ Professora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. cecareis@hotmail.com

Como mulheres negras e alunas do curso de pedagogia temos o interesse voltado à essas discussões, principalmente no que refere-se à relação da prática pedagógica e as questões étnico-raciais. Nas vivências que a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP) nos proporcionou dentro da escola, na qual, na PPP3: Práticas Curriculares na escola e na sala de aula, e na PPP4: Estágio no fundamental A, tivemos a oportunidade de trabalhar o tema das questões étnico-raciais.

No decurso de nossas observações dentro da escola, percebeu-se as práticas de professoras que não aplicavam o conteúdo voltado para as questões étnico-raciais segundo a Lei 10.639/03. Na prática das professoras desta escola, a cultura afro-brasileira era trabalhada apenas em datas comemorativas, como a abolição da escravatura, o dia da consciência negra, e em conteúdos inseridos no ensino de história relacionado à escravidão. Deixava-se de lado a cultura, a influência e a contribuição dos povos africanos para a sociedade brasileira, como também, por muitas vezes reproduzia-se uma ideologia que marginaliza o negro, reiterando a ideia de que a história dos povos africanos se resume ao fato histórico da escravidão.

Nas vivências dentro da Universidade Federal de Pernambuco, vimos que algumas professoras negras da instituição adotam uma postura diferenciada em relação às questões étnico-raciais, constatamos através dos seus discursos, que elas se reconhecem como mulheres negras, e que isto influencia na sua postura em sala de aula, percebemos a importância das experiências vividas por elas para formação da sua identidade étnico-racial, e a importância de suas afirmações identitárias para a sua prática pedagógica. Sabemos da importância das nossas vivências pessoais para esse pertencimento étnico-racial como mulheres negras, e o quanto essas experiências influenciam nosso modo de pensar e agir em cada aspecto do nosso cotidiano.

Partindo desse pressuposto, constatamos que as experiências de vida das professoras negras podem influenciar em sua autoafirmação como mulher negra, e que esta identidade é um diferencial que possibilita uma ação pautada de consciência no combate ao racismo, como também, na hora de lecionar o conteúdo étnico-racial em sala de aula.

Ao pensar a prática pedagógica desta forma, procuramos nesta pesquisa compreender como as histórias de vida das professoras negras influenciam na sua prática pedagógica para a implementação da Lei 10.639/03? A partir deste questionamento buscou-se: conhecer a história de vida das professoras negras, verificar se as mesmas utilizam a Lei 10.639/03 na construção do conteúdo aplicado em sala de aula, e identificar se o fato da professora ser negra influencia na discussão das questões étnico-raciais em sala de aula.

Para melhor entendimento destes questionamentos, visando alcançar o principal objetivo dessa pesquisa, realizou-se uma pesquisa qualitativa, baseando-se no estudo caso, utilizando como instrumento de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada. Buscou-se analisar através da história de vida, os relatos dos sujeitos, baseado na análise de conteúdo de Bardin (2009).

A pesquisa almejou refletir sobre as questões étnico-raciais, a relação da prática pedagógica com as experiências de vida e a construção positiva de uma identidade racial. Portanto ela poderá contribuir com as discussões sobre as questões étnico-raciais, fornecendo objeto para a análise da prática docente, por meio da investigação da relação entre as histórias de vida de professoras negras, sua prática docente e a **implementação** da Lei 10639/03.

2. Referencial Teórico

2.1 A Lei 10.639/03

A lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira, como constituinte formadora da sociedade brasileira e os negros como sujeitos históricos, valorizando o pensamento de acadêmicos negros, a cultura, e as religiões de matrizes africanas. Os parâmetros estabelecidos pela lei 10.639/03 caracterizaram um avanço no caminho necessário da democratização do ensino e na luta contra o racismo, mas ainda há um caminho longo a ser percorrido.

Após anos de luta dos movimentos negros, junto com a participação de intelectuais negros, foi possível conquistar a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, a fim de alavancar um processo de reparação para com a população negra. Como afirma Santos:

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta do anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para sua implementação de fato. Segundo nosso entendimento, a Lei número 10.639 de 09 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. (SANTOS, 2005)

A lei não surgiu do nada, mas sim de uma demanda social advinda principalmente do movimento negro, resultado de anos de luta contra o racismo. A modificação da LDB visou implementar a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Segundo o parecer 003/2004:

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (MEC, 2004)

Segundo a Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva relatora do Parecer 003/2004,

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (SILVA, 2003, p. 2).

A escola pode reproduzir os preconceitos existentes na sociedade, o racismo é um deles, que se projeta nas relações sociais imobilizando, inferiorizando e desqualificando as pessoas negras em função de sua cor/raça. É preciso valorizar devidamente a história e cultura afrobrasileira e africana, buscando reparar os malefícios causados ao povo negro, à sua identidade e a seus direitos.

A lei 10.639/03 é necessária para que aconteça o resgate da valorização da história e cultura afro-brasileira e africana dentro da escola, entretanto, sua obrigatoriedade não garante o seu cumprimento efetivo em sala de aula, é fundamental uma mudança de postura dentro das práticas escolares. Vê-se a importância de ações por parte do corpo escolar, para a construção de atitudes e valores que tragam aos alunos o orgulho de sua raça negra. Desta forma desperta-se a necessidade de compreender como a identidade negra das professoras, pode influenciar para a promoção da implementação da lei 10.639/03 de maneira eficaz.

2.2 Identidade

Diversos autores discutem o conceito identidade, cada abordagem toma um percurso específico, produzindo várias óticas sobre o assunto. Desta forma, este trabalho tomou como base abordagens sociológicas sobre identidade, analisando o termo a partir da construção identitária do indivíduo ao reconhecer-se parte integrante de determinado grupo social.

Entendemos que identidade é um aspecto relevante na construção das relações do indivíduo, na sua maneira de agir no mundo, e na concepção de suas referências culturais e pessoais.

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, p. 41)

Desse modo, a interação do indivíduo com o seu meio social constitui aspecto importante para a construção da identidade. “É na interação social que forjamos nossa identidade” (SILVA, 2013, p.70). Jacques d’Adesky (2001: 76) destaca que a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. Nesse contexto, compreende-se que as experiências vividas pelos sujeitos, os seus significados, por meio das interações com o meio, contribuem de forma significativa para sua afirmação identitária. Nilma Lino Gomes menciona que:

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra. (GOMES, 2001)

Ainda nessa perspectiva Dubar (2005) afirma que a construção da identidade étnico-racial é um processo que se dá a partir da interação social. Desta forma, assim como o processo de construção da identidade depende das relações estabelecidas durante a vida, a

construção da identidade negra também é produzida nas relações dialógicas estabelecidas com os outros.

Em relação a identidade negra Silva (2013) concebe como uma referência por meio da qual, a partir da relação com o outro, o indivíduo se reconhece e se constitui, num processo dinâmico, pessoal e sócio-cultural de construção de uma postura política. (2013, p.80)

Em meio a um país racista como o Brasil, os que se reconhecem como negros e declaram seu pertencimento étnico-racial em suas relações sociais, se colocam numa posição de resistência aos inúmeros padrões eurocêntricos impostos pela sociedade brasileira, exercendo assim, uma postura política de enfrentamento ao racismo.

2.3 Prática pedagógica no combate ao racismo

A escola como espaço de produção e recriação do conhecimento produzido ao longo do processo histórico da humanidade, e como suposta formadora de cidadãos, deveria ser espaço privilegiado para fomentar discussões sobre as questões sociais do país, como a do racismo, ainda tão presente no cotidiano brasileiro.

Segundo Santos (2008), pesquisas recentes têm demonstrado que a escola, via de regra, acaba reproduzindo o racismo, o preconceito e a discriminação contra alunos afro-descendentes. Ao falar sobre essa realidade escolar, Santos cita Albuquerque:

Em geral, a escola prefere não assumir este debate porque implica conhecimentos e abordagens teóricas e curriculares para os quais o/as docentes não se vêem preparados e também por não reconhecer a existência do racismo que se desenvolve silenciosamente pelos espaços escolares. Enfrentá-lo é admitir a sua existência. As situações estão acontecendo na dinâmica cotidiana da escola a todo o momento, mas não tem sido alvo de reflexões e de ações por parte das escolas, nem por parte do sistema que é responsável, também, por oportunizar esta discussão (ALBUQUERQUE, 2003, p. 97).

Deste modo, ao negar a existência do racismo no cotidiano escolar, alguns professores acabam legitimando a discriminação racial que se manifesta por meio de piadas, brincadeiras ou mesmo discursos ofensivos que atentam contra o aluno negro.

Segundo Reis (2014, p.35) a prática pedagógica está fundamentada na concepção de vida e sociedade do professor. As atividades realizadas pelo professor em seu cotidiano escolar sofrem influência de suas experiências vividas que levaram a construção de seu pensamento e da sua forma de posicionar-se ante as questões sociais.

O professor é um dos agentes de mudança que pode atuar de maneira mais direta a fim de promover o rompimento das barreiras criadas pelo preconceito, através de sua prática em sala de aula, incluindo ações que favoreçam a compreensão de igualdade racial, não apenas respeitando o negro como um ser a parte de uma sociedade dominante, mas compreender sua importância na construção desta sociedade, bem como sua participação na luta por direitos sociais.

Para Libâneo (2000 apud Reis,2014) os professores precisam ser críticos para compreender e analisar criticamente a sociedade, a política, as diferenças sociais, a diversidade cultural, os interesses de classe, agir diante das situações e, assim, problematizar com os estudantes o conhecimento.

Paulo Freire traz uma proposta interessante sobre a relação que deve ser criada entre professor/ aluno, professor / professor, escola / aluno:

O que venho propondo é um profundo respeito pela identidade cultural dos alunos, uma identidade cultural que implica respeito pela língua do outro, cor do outro, gênero do outro, classe social do outro, orientação sexual do outro, capacidade intelectual do outro; que implica na capacidade de estimular a criatividade do outro. Mas essas coisas ocorrem em um contexto social e histórico e não no ar puro e simples. Essas coisas ocorrem na história. (PAULO FREIRE, 1997).

As práticas pedagógicas presentes na escola precisam estar atentas às questões raciais da sociedade brasileira, difundindo o respeito e a igualdade nas relações entre os indivíduos ali presentes, as discussões étnico-raciais devem ser efetivadas constantemente no espaço escolar, para isso, a prática pedagógica do professor pode ser uma ferramenta importante no combate do racismo ao problematizar a questão racial em sala de aula.

3. Metodologia

A presente pesquisa surgiu dos nossos questionamentos sobre a prática pedagógica das professoras negras em relação a Lei 10.639/03, no que se refere à sua afirmação identitária e a abordagem do conteúdo étnico-racial em sala de aula.

Para melhor entendimento destes questionamentos, visando alcançar o principal objetivo desta pesquisa, que é compreender como a história de vida de professoras negras influenciam na sua prática pedagógica para a implementação da Lei 10.639/03 na educação básica, realizou-se uma pesquisa qualitativa baseando-se no estudo caso, pois este tipo de

pesquisa busca apreender as particularidades e as realidades dos sujeitos, a partir de suas experiências, como afirma Yin (2005, p.32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real.” Como instrumento de coleta de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada, buscou-se analisar através da história de vida, os relatos dos sujeitos baseado na análise de conteúdo de Bardin (2009).

Como mulheres negras buscamos compreender como a história de vida influencia na construção da identidade étnico-racial das professoras negras, e como nós, enquanto futuras professoras negras poderemos abordar essa temática na nossa prática.

3.1 Pesquisa qualitativa

Decidiu-se pela pesquisa qualitativa por ela possibilitar compreender as particularidades dos sujeitos, suas conjuturas e complexidades, mostrando as perspectivas e os significados que eles atribuem às suas experiências. Por meio dela é possível estabelecer um caminho para as respostas das nossas indagações presentes na presente pesquisa.

Sobre esse tipo de pesquisa Richardson (1999) afirma que, a pesquisa qualitativa é adequada quando tem necessidade de “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999, p.80)

Ludke e André (1990) também falam sobre pesquisa qualitativa, quando a definem “como a descrição e a explicação dos fatos observados, no qual o pesquisador observa e interpreta os dados com base em sua percepção de mundo”. É preciso ter atenção a qualquer detalhe que possa manifestar significativamente particularidades do fenômeno em questão.

3.2 História de vida

Optou-se por usar histórias de vida como ferramenta metodológica, colocando os sujeitos como protagonistas de suas histórias, a fim de compreendê-los, não apenas como profissionais, mas também como pessoas com todas as singularidades existentes.

No caminho metodológico a ser percorrido, considerou-se a centralidade dada ao sujeito, pois temos interesse de compreender os processos que envolvem a construção de uma identidade étnico-racial e como isso influencia a prática docente em sala de aula.

Segundo Moita (1992, apud FRANCO, 2003, p. 1) a história de vida permite captar o modo através do qual uma pessoa organiza seus pensamentos, ações, energias, dando forma a sua identidade, “num diálogo com seus contextos”. Desejamos conhecer as experiências das professoras negras e perceber as articulações existentes entre o espaço escolar e suas vidas.

Esta metodologia biográfica integra um estudo cheio de minúcias que são pautadas numa abordagem baseada em olhar dado sob a realidade, percebendo novas maneiras de adentrar e significar esta realidade.

Franco nos leva a uma ótima reflexão sobre o que é preciso quando se opta pela história de vida:

Ter sensibilidade para identificar o universal à singularidade do particular, sem jamais estabelecer generalizações, precisa enfim, evidenciar sempre o caráter relacional do sujeito, produto da história e agente de historicidade. O pesquisador precisa descobrir o sujeito em processo, no momento de suas escolhas, nas maneiras em que interpreta sua realidade, nas formas que escolheu para construir, reconstruir sua existência. (FRANCO, 2008, P.07)

Percebe-se como a melhor maneira de atingir os objetivos desejados nesta pesquisa – de compreender o processo que envolve a construção da identidade das professoras negras e como isso influencia nas suas práticas docentes – a exigência de colocá-las no centro desta pesquisa com o protagonismo necessário para que suas narrativas assumam o papel que esperamos.

Trata-se de uma narrativa produzida pelo sujeito, não registra apenas, informações objetivas sobre os acontecimentos, mas mostra significados, relevâncias, justificativas, respostas.

A técnica utilizada para a condução da metodologia foi história de vida, por meio da entrevista semi-estruturada,

[...] uma vez que o clima do encontro entre pesquisador e entrevistado, deve permitir espaços para o entrevistado dialogar com sua reflexão; de modo calmo e livre que gere a certeza de que o pesquisado só colocará aquilo que pretender colocar, aquilo que “deseja ver transmitido a outros sobre sua vida pessoal e profissional”.(FONSECA1998, p.38 apud FRANCO, 2003, p. 1)

Estão comprometidos neste estudo como sujeitos: Professoras que se identificam como negras, que atuam na educação básica da Região metropolitana do Recife, para melhor responder os objetivos desta pesquisa.

O processo de coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa, para compreender como a história de vida das professoras negras da educação básica influencia na sua prática pedagógica diária, e posteriormente na implementação da Lei 10.639/03 dentro da escola.

3.3 Processo de coleta de dados

O processo para a coleta de dados iniciou-se com a elaboração de um roteiro de entrevista semi-estruturado, contendo as seguintes indagações: Qual a relação de sua história de vida e sua identidade negra? Como o fato de ser negra influencia na discussão das questões raciais em sala de aula? Como a Lei 10.639/03 contribui para a construção do conteúdo étnico racial em sala de aula? Dando margem para que o sujeito expressasse e suas narrativas os significados presentes na sua história de vida sem constantes intervenções em sua fala.

Visando atingir os objetivos propostos optamos para sujeitos da pesquisa, professoras negras da educação básica da região metropolitana do Recife que se identificam como negras, comprometidas com o movimento político de combate ao racismo, pela igualdade racial e pela busca às origens étnico-raciais presentes no contexto histórico brasileiro.

O primeiro momento da coleta de dados destinou-se para a busca dos sujeitos da pesquisa. Através das nossas rede de relações, houve a indicação de alguns nomes que estavam dentro do perfil proposto. Num segundo momento entramos em contato com as professoras por meio de suas redes sociais e e-mails, e em seguida tivemos a confirmação para a realização das entrevistas em local pré-estabelecido por elas.

No terceiro momento, foram realizadas as entrevistas individualmente no espaço determinado pelas professoras. Das cinco professoras entrevistadas, quatro são formadas em Pedagogia, e uma é formada em licenciatura em letras. As professoras demonstraram disposição e satisfação em contar suas histórias de vida para a pesquisa, e ressaltaram a importância daquele momento para refletir as situações vividas por elas.

Na organização e análise de dados foi adotada a análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin(2009). Na técnica de análise temática Bardin(2009, p.38) afirma que a análise de conteúdo pode ser considerada “como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. O objetivo será fazer uma análise através das falas de professoras negras da educação básica da Região metropolitana do Recife.

Ainda sobre análise de conteúdo, Gil (2009) afirma que:

Embora a análise de conteúdo seja essencialmente uma técnica para estudar a comunicação humana de maneira sistemática e objetiva, pode servir também a outros propósitos, tais como: (1) auxiliar na identificação das intenções e características dos comunicadores; (2) identificar o status de pessoas ou de grupos; (3) revelar atitudes, interesses, crenças e valores dos grupos; (4) identificar o foco de atenção das pessoas e grupos; e (5) descrever as atitudes e respostas aos meios de comunicação.

Para o método de análise, os procedimentos utilizados seguem as três fases propostas por Bardin (2009), que compreendem a pré-análise; a exploração do material; o tratamento das informações obtidas com as entrevistas, e a interpretação.

Após a transcrição dos relatos de vida das professoras, procuramos relacionar suas narrativas com as indagações propostas no roteiro de entrevista. Buscou-se por em evidência os principais acontecimentos e seus significados na história de vida das professoras que se aproximaram dos objetivos propostos.

Com consentimento prévio das professoras, procurou-se nomeá-las com os seus nomes próprios, tendo em vista, fazê-las protagonistas de sua própria história.

A análise da história de vida iniciou-se com a leitura exploratória dos resultados, identificando o que substanciava as narrativas das professoras, em seguida construiu-se um quadro com base nestas narrativas. O quadro foi dividido em três temas, que compreendesse os objetivos da pesquisa: Relação da história com a identidade, a influência da identidade negra na discussão das questões raciais em sala de aula, e a Lei 10.639/03 na construção do conteúdo em sala de aula. Logo depois, destacou-se os significados mais marcantes no relato das professoras, realizando inferências a partir das histórias de vida contadas pelas professoras entrevistadas. Essa abordagem metodológica, possibilitou compreender os aspectos presentes na história das professoras negras, que contribuíram para a mudança de sua prática pedagógica em relação as questões étnico-raciais e a Lei 10.639/03.

4. A história de vida das professoras negras

A história de vida contribui para o entendimento da construção da identidade étnico racial, o sujeito permite, a partir da oralidade de suas histórias ressaltar os contextos estruturantes e significados que atuaram de forma direta/indireta na sua autoafirmação identitária. Como afirma Batista Neto a história de vida não registra somente informações

objetivas sobre os acontecimentos vividos, mas também o significado que os atores a eles atribuem (BATISTA NETO,2007.)

Através das narrativas produzidas pelas professoras, percebe-se a presença dos significados em relação aos acontecimentos vividos por elas para seu pertencimento étnico-racial, estes significados refletem na relação da história de vida e a identidade. Etiene estabelece essa relação quando diz:

Minha história de vida é a minha identidade, como uma mulher negra eu posso dizer assim.(Etiene Lima, 33 anos)

No relato de Etiene percebe-se o significado da sua história de vida para a sua identidade negra. De maneira que as experiências vividas por ela estão intrinsecamente ligadas à sua afirmação identitária. As vivências da sua história apresentam variáveis, causas e efeitos que estão presentes nas histórias de vida das professoras entrevistadas.

Joana traz no seu relato aspectos significativos da sua história de vida e ressalta a luta contra o racismo presente em sua história.

Minha história de vida é marcada pela luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito.(Joana Dias, 34 anos)

Das cinco professoras entrevistadas, quatro apresentaram na sua história oral uma experiência negativa referente à escola. Para elas a escola atuou como reprodutora de preconceitos existentes na sociedade. Mazarelo relata:

Tive uma vivência altamente traumática, principalmente dentro da escola, onde foi que mais sofri com racismo de professores e de alunos(Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Pode-se perceber também no relato de Luciene, que nem todos os professores reproduziam o preconceito racial em sala de aula, ainda assim é perceptível que este preconceito estava presente no âmbito da escola:

Tive professores que discriminavam, e professores maravilhosos.(Luciene Silva, 41 anos)

Etiene reflete os preconceitos que sofreu sem ter o conhecimento do que realmente acontecia:

Hoje quando lembro o que eu passei, eu vejo que sofri preconceito em alguns momentos, mas naquela época a gente não tinha o que a gente tem hoje, situações que eu vivi que naquela época, era normal canções preconceituosas tipo nega do cabelo duro.(Etiene Lima, 33 anos)

Iracema, Mazerelo e Luciene se encontraram numa realidade diferenciada em relação a Joana e Etiene, pois foram bolsistas em escolas particulares, na qual a maior parte dos alunos eram brancos com características econômicas elevadas, o resultado dessa convivência gerou nas entrevistadas significados específicos da realidade vividas por elas neste determinado período para suas histórias de vida.

Fui bolsista na escola particular da segunda série à quarta série, na qual só estudavam três crianças negras, eu, e mais duas crianças, uma era filha de um funcionário da escola, a outra filho de um juiz, era a única que não tinha 'referência' para os alunos da escola, então toda essa questão do 'bullying' à raça negra, vinha para cima de mim, as crianças colocavam apelidos no cabelo, 'cabelo pixaim', 'cabelo de pitó'.(Iracema Calixto, 29 anos)

Era bolsista numa escola burguesa, poucos alunos eram negros, então a perseguição era maior. "Eu sobrevivi", entrei nessa escola na alfabetização e saí de lá quando estava com meus quinze anos, no final do ensino médio. Nesse período em que fiquei na escola vi meninos e meninas negras entrando e saindo, não eram muitos, ou era o filho do porteiro, ou era o filho do dono da cantina, ou era filho do servirços gerais.(Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Iracema e Mazarelo em suas falas também demonstram a mudança de perspectiva em relação ao relacionamento com os novos colegas ao saírem da escola particular para a pública.

Quando fui para escola pública senti um alívio por ver pessoas 'parecidas' comigo, porém todas as meninas negras alisavam o cabelo, pois tinham como referência a televisão, novelas, bonecas brancas, queriam parecer com pessoas brancas." (Iracem Calixto, 29 anos)

Depois que saí da escola particular por conta própria, fui fazer magistério numa escola pública, 'aí eu tava entre os meus', me senti em casa. Quase a totalidade da turma era negra, vim ter o entendimento, o que era uma escola pra negro e uma escola pra branco.(Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Por meio das histórias de vida contadas pelas entrevistadas notou-se que a escola ao invés de ser um ambiente que agrega as diferenças, por vezes ela reitera as práticas racistas, assim como afirma Nilma Lino Gomes, “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.” (GOMES,2002)

Os relatos acima comprovam a afirmação de Gomes, quando demonstram as práticas racistas sofridas por Iracema e Mazarelo durante as vivências nas escolas particulares, essas vivências acarretaram nas duas professoras sentidos negativos em suas histórias de vida, em relação ao preconceito racial que viveram durante este período escolar.

Iracema e Mazarelo também falam nos seus relatos sua mudança de percepção, quando foram estudar em escolas públicas, ambas se sentiram aliviadas por estarem na escola pública e não na particular, pois se identificaram com pessoas que tinham características parecidas com as delas, a da raça negra.

Mazarelo mostra em seu relato que os significados presentes na sua história de vida, referente à vivência na escola particular, forjou sua luta política contra o racismo.

Sou excessão a uma regra imposta pela sociedade e pela escola que exclui aluno negro[...]Meu espírito de luta ele foi forjado nas minhas vivências entre escola pública e particular, eu vivi dois universos diferentes. (Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Por meio dos relatos das professoras entrevistadas, percebeu-se os significados presentes em suas histórias de vida que contribuíram para sua afirmação indentitária. Suas histórias de vida estão intrinsecamente ligadas a sua identidade negra, refletindo na maneira como se posicionam politicamente no enfrentamento do racismo. Suas vivências pessoais foram determinantes para sua atuação docente, algo que as diferencia de outras professoras que abordam relações raciais de forma superficial, pois sentiram na pele o preconceito racial existente na sociedade brasileira.

4.1 Identidade negra e a interação social

As interações sociais atuaram no processo de construção da identidade negra de todas as entrevistadas, através da relação com a família, amigos e colegas, relações criadas no decorrer da vida acadêmica e também fora dela. Esta construção identitária em algum momento foi fundamental para compreender a importância do trabalho que envolve as relações étnico-raciais na escola. Já discutimos anteriormente que a construção da identidade racial é um processo que se dá a partir de uma interação social. Gomes comprova isso quando fala que “Nenhuma identidade é construída no isolamento”(2012)

A identidade está ligada diretamente a forma do indivíduo se portar em sociedade, na construção de suas relações e no enfrentamento de problemas. Referências culturais e pessoais influenciam na maneira como os indivíduos definem seus princípios e demarcam sua vida. Estas influências podem resultar na percepção que o indivíduo toma do outro, o que observamos na fala de Iracema, que reflete sobre as influências que culminaram na sua percepção étnico-racial.

Estudava numa instituição privada que não contemplava em seu currículo as questões étnico-raciais[...] Não foi o currículo do curso, mas foram as pessoas ao meu redor, na

faculdade e fora da faculdade, que vi deixando o cabelo natural e se identificando como negros que me influenciaram.(Iracema Calixto, 29 anos)

Também verifica-se na fala de Mazarelo que a construção da identidade negra acontece a partir de uma interação,

[...]e depois quando você vai adquirindo conhecimento e vai se identificando com outras pessoas, começa a enxergar. Quando comecei a ensinar, fui entendendo certas coisas e fui me assumindo.(Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Percebe-se por meio da história de vida das professoras, que a afirmação identitária não é construída de hora para outra, mas ocorre de forma gradativa. O sujeito passa por vários processos que vão agregando significados aos acontecimentos que perpassam sua vida. Dentro desse contexto Mazarelo relata:

Se identificar como negra é muito difícil, é um processo, você primeiro é espremido, massacrado, sacaniado, pisotinado, [...]até eu assumir que era negra, demorou bastante, tive que viver dezesseis anos, e sofrer dezesseis anos. É um processo doloroso. (Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Joana por sua vez, demonstra o quanto à família foi importante para a construção da sua identidade negra, e para a compreensão das facetas que envolvem uma sociedade racista.

Aprendi no seio familiar a me reconhecer como negra, a compreender e identificar as formas de opressão de uma sociedade racista e a conhecer a verdadeira história do meu povo, aquela que a escola não conta. (Joana Dias, 34 anos)

Podemos relacionar a fala de Joana com o que Nilma Lino Gomes diz em relação ao processo de construção da identidade negra, ela afirma que a identidade negra é construída gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo (GOMES, 2012).

É possível perceber também no relato de Joana, que a construção de sua identidade negra foi fomentada dentro da luta contra o racismo.

Amadureci dentro da perspectiva de luta e afronte, de nunca baixar a cabeça e a chorar quando tiver vontade mas lembrar sempre que o choro passa e a luta continua.(Joana Dias, 34 anos)

Referente ao relato de Joana, Silva (2013) complementa, que a construção de uma identidade negra trata-se de um processo que possui uma dimensão pessoal[...]ser negro é assumir uma postura política e ideológica. E isso não é uma tarefa fácil.

Mazarelo traz uma reflexão interessante, sobre como sua posição na sociedade e sua relação com a própria identidade, influenciaram seu posicionamento político em sala de aula.

Estava como aluna, hoje eu sou professora nesse 'pequeno espaço' de 'poder', ou eu reproduzo, dou uma progressiva no meu cabelo, chego aqui com um pó na cara, ou então, eu faço o meu trabalho político. Tenho que devolver a minha ancestralidade, a força que eu obtive para concluir o ensino médio, concluir uma universidade e está firme.(Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Etiene também reflete esta interação quando relata as experiências vividas no início da sua vida acadêmica, e como elas foram fundamentais para sua mudança e para o conhecimento e reconhecimento de sua ancestralidade.

Me identifiquei a partir do ensino médio, no magistério que eu fui tendo contato com os movimentos, minha chegada na universidade também contribuiu muito, abriu a minha visão do que é ser negro nesse país.(Etiene Lima, 33 anos)

A fala de Etiene nos mostra, que o contato das entrevistadas com o mundo acadêmico também causou mudanças no seu posicionamento social e na formação da sua identidade negra.

Os relatos revelam, que a interação social é uma variável que influencia na construção da identidade negra das professoras entrevistadas, elas demonstram em seus relatos, que o processo de identificação como mulheres negras, se deu de forma gradativa por meio da interação com outras pessoas que se identificavam como negras.

4.2 As professoras negras e a Lei 10.639/03 na construção do conteúdo.

A escola é um ambiente que reproduz as estruturas sociais, isto significa que algumas estigmas presentes sociedade brasileira podem se apresentar na escola. Sendo assim, o racismo vai se projetando nas relações e nos discursos de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Segundo Gomes:

A Lei 10.639/03 e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnicoracial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial[...] nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente. (GOMES, 2010)

Não basta apenas conhecer a lei 10.639/03, mas saber como utilizá-la em sala de aula, não esporadicamente e sim diariamente relacionando com temas abordados em sala de aula. Mazarelo nos leva a uma reflexão importante sobre o uso da lei 10.639/03 no dia-a-dia.

A lei 10639/03 é todos os dias, é quando chegar dia 18 de abril dia do livro, você se lembrar de Carolina Maria de Jesus e não de Monteiro Lobato, é quando chegar o dia da árvore você falar do baobá, da importância desta árvore para o povo africano, os significados. É quando chegar o dia internacional da água você falar do rio Tigre, dos componentes negro e indígenas que existem nas nossas margens, eu entendo assim a Lei 10639/03. (Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

No relato de Joana é perceptível a relação interdisciplinar entre a lei 10.639/03 e disciplinas específicas trabalhadas por elas em sala de aula.

Utilizo a lei 10.639/03 no meu cotidiano de sala de aula. Trabalho os diferentes países africanos em sua geografia e história, dando uma atenção especial aos que falam língua portuguesa, pois precisamos criar ligações coletivas e históricas. Debato toda a influência africana, desde palavras a modos culturais de vida, como também o papel protagonista dos povos africanos na medicina, matemática, artes, mineração, agricultura e arquitetura. Trago livros de literatura com histórias africanas e afro-brasileiras e com autores negros e negras. As atividades envolvem debates, pesquisa e leitura. (Joana Dias, 34 anos)

Torna-se importante saber, que a lei 10.639/03 surge com uma perspectiva de compreensão definida e não apareceu do nada. Ela se constituiu a partir de uma demanda social, que precisa ser compreendida, para assim ser possível colocá-la em prática de maneira interdisciplinar como é bem sugerido.

Iracema ressalta a importância do uso da interdisciplinaridade com relação a lei 10.639/03.

Como negra procurei me atualizar sobre a Lei 10639/03, vi que com ela é possível relacionar o conteúdo aplicado em sala de aula com as questões éticas raciais, procuro fazer isso relacionar o conteúdo em sala com o a cultura negra brasileira, com a contribuição do povo negro para a construção da sociedade brasileira, não só em datas específicas, e sim na relação com outros conteúdos. (Iracema Calixto, 29 anos)

Etiene ainda compreende o avanço significativo advindo com a Lei 10.639/03, assim como a importância dela no empoderamento dos próprios professores, entretanto para ela, a Lei precisa ser melhor compreendida para efetivamente ser bem trabalhada por todos os professores independente da raça.

Acho muito válido essa questão da Lei, por que traz essa temática para sala de aula, e deveria ser uma obrigação do professor de ter que trabalhar sim. A Lei é necessária, tanto na questão de empoderar o negro, de trazer para o professor a consciência que é uma temática que precisa ser abordada[...] A Lei ainda precisa ser mais trabalhada, os professores precisam de um empoderamento maior, precisa de uma consciência maior, e se ver negro é uma oportunidade de fazer a diferença... E que professores independente de ser branco ou negro possa trabalhar.(Etiene Lima, 33 anos)

Mazarelo questiona a necessidade de trabalhar a lei, de maneira que os alunos compreendam sua importância não apenas de forma subjetiva.

Não dá para você trabalhar a Lei 10639/03 com cartaz, o aluno tem que ser levado a refletir sobre a prática dele, sobre a vivência dele, para ele se tornar mais vigilante, com mais receio ao falar “besteira”, tratar com respeito seus colegas.(Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

A lei 10.639/03 pode esbarrar em vários impedimentos para a sua efetivação de fato em sala de aula. Gomes nos mostra alguns impedimentos que entram em confronto com a efetivação da lei 10.639/03.

O desencadeamento desse processo não significa o seu completo enraizamento na prática das escolas da educação básica, na educação superior e nos processos de formação inicial e continuada de professores(as). A Lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais. (GOMES, 2010)

Mesmo com todas as dificuldades envolvendo a utilização correta da lei, entende-se que após a interação e compreensão com maior profundidade por parte do professorado, seu objetivo central – a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas – pode ser grantido, como também, a sustentação de um programa educacional que dá visibilidade ao indivíduo e sua negritude. A existência da Lei 10.639/03 não garante que a mesma seja colocada em prática, quem garante sua real utilização é o professor, comprometido com o enfrentamento do racismo.

Os relatos das professoras entrevistadas, nos mostram que o interesse pela lei 10.639/03, está relacionado com o seu reconhecimento étnico-racial, e que é preciso saber utilizá-la de maneira que atinja toda as aprendizagens propostas na sua estrutura.

4.3 A Prática pedagógica das professoras negras em relação a temática racial

É importante compreender como se forma e se expressa a prática pedagógica das professoras entrevistadas com relação a temática racial. Segundo Reis (2010, p.35) “A prática pedagógica está fundamentada na concepção de vida e sociedade do professor.”

Diante disso, percebeu-se que a prática pedagógica das entrevistadas está atrelada a sua afirmação identitária, independente do nível e modalidades de ensino, as professoras caracterizaram sua prática citando a sua identidade negra como parte importante na construção do “ser professor”.

Mazarelo discorre sobre a conexão que existe entre sua prática e suas vivências.

Não tem como desconectar a minha prática pedagógica da minha vivência, então tudo isso que se construiu, todo o meu espaço, o espaço que eu tenho dentro da minha mente criativa vem com muita força para desmistificar, para tirar o racismo de dentro da escola, de dentro da comunidade. (Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Ela também relata, que a prática diferenciada em relação aos conteúdos étnico-raciais não é só uma questão de reproduzir por achar o trabalho ‘bonito’, mas sim por ser necessário para a atual conjuntura presente nas escolas brasileiras.

Não é uma coisa ‘ah eu acho lindo’, acho necessário, urgente, toda professora, principalmente negra, deveria trabalhar as questões étnico-raciais dentro da escola, e exigir. (Mazarelo Rodrigues, 52 anos)

Na prática é possível também constatar a necessidade em difundir as verdades que envolvem a história dos negros em nosso país. Como bem descreve Joaquina.

As discussões só começam com temas trabalhados em sala, como herança histórica, desmistificação do continente africano como lugar de fome, miséria, doenças, savana. (Joana Dia, 34 anos)

Esta reflexão de Joaquina, acaba sendo reinterada por Gomes quando diz que: “para sair dessa inércia em relação à questão racial na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país.” (Gomes, 2012)

No relato de Etiene percebe-se esse compromisso pedagógico e social de superar o racismo.

As crianças tem familiares negros, às vezes e o pai, a mãe, a avó que são negros, porque poque só vou trabalhar de uma maneira homogenea? Tenho que trabalhar dentro dessa diversidade, sabendo respeitar, ensinando as crianças que estão nesse processo de aprendizagem o respeito, respeito ao coleguinha que é negro. (Etiene Lima, 33 anos)

As professoras apresentaram em seus relatos, as formas diversificadas utilizadas por elas para transmitir o conteúdo étnico-racial em sala de aula. Vimos que suas concepções de vida refletem nas suas práticas pedagógicas, principalmente no que tange a temática racial. Elas trazem consigo a luta política em difundir as verdades que envolvem a história do povo negro no país, o respeito ao negro como indivíduo formador de nossa sociedade. As professoras demonstram essa luta política na maneira como a temática étnico-racial é apresentada em sala de aula.

4.4 A estética⁴ como ferramenta para a discussão étnico racial em sala de aula.

A aparência como ferramenta para a discussão étnico-racial em sala de aula por vezes se encontrou presente na fala das professoras. Elas relatam como conseguem criar momentos de discussão e introduzir o tema étnico-racial em sala, utilizando as questões estéticas e simbólicas do corpo negro, como o cabelo ou mesmo o uso de adereços representativos da cultura afrodescendente, para aguçar discussões relacionadas à identidade negra a partir da curiosidade dos alunos.

Discussões que envolvem os processos de opressão que o povo negro vem sofrendo com relação a sua aparência estética ao longo da história, torna-se uma boa atividade pedagógica a ser desenvolvida com os alunos e alunas, abrindo portas para debates sobre a história e cultura afro-brasileira, e africana.

Gomes afirma que:

No corpo negro e mestiço do brasileiro e da brasileira, a africanidade, [...]está nos gestos, na expressão estética, na arte, na linguagem, na música, na maneira de ser e ver o mundo. É a complexa relação do corpo visto e vivido na cultura, e da cultura negra vista e vivida num corpo.(GOMES, 2012)

A aparência das professoras, evidenciam tanto a curiosidade dos alunos, quanto seus preconceitos. Alguns até verbalizam seus preconceitos em relação à aparência da professora, como podemos ver no relato de Iracema.

⁴ Compreende-se estética a partir do termo grego *aisthété*, que significa “aquele que nota, que percebe.”

Ao entrar no pro jovem, logo no primeiro dia, fui com o 'black' soltão, percebi os alunos cochichando, tinha alunos que diziam seu cabelo é 'massa', e outros que diziam "professora porque você não alisa seu cabelo? (...) Utilizava esses momentos para discutir sobre esses assuntos, os questionava: "por que eu vou ser o que não sou? O que é que está por trás disso, eu não quero demonstrar uma característica da raça negra?" Falava sobre um preconceito que está dentro da gente e não assumimos, um preconceito disfarçado.(Iracema Calixto, 29 anos)

E ainda pondera:

Na época do estágio, usava tranças, e aproveitava a curiosidade dos alunos sobre meus cabelos para falar sobre a importância do seu pertencimento racial.(Iracema Calixto, 29 anos)

Iracema também compreende a sua estética como ferramenta que contribui na sua prática pedagógica.

Sempre fui de cabelo solto pra aula com o objetivo de discutir justamente sobre as questões étnico-raciais, as contribuições do povo africano para o Brasil, afirmação da identidade negra e a luta contra o preconceito. Falava para os meus alunos, que por trás dessa luta tem todo um contexto histórico.(Iracema Calixto, 29 anos)

Joana também relata a importância de evidenciar sua negritude⁵, através da estética para discutir africanidades e afro-descendências.

O fato de ser negra e evidenciar minha negritude em minhas vestimentas e maneira de encarar o mundo já suscita discussões em sala de aula... O fato de eu ser negra já gera discussões em sala, que se tornam ainda mais acalouradas, quando abordam religiosidade, racismo institucional e pertencimento.(Joana Dias, 34 anos)

Luciene relata que os acessórios utilizados por ela servem para demonstrar sua identidade negra para seus alunos, ressaltando a importância de se reconhecer como negra.

Muitas vezes fui de turbante, faixa, para mostrar aos alunos que a professora se reconhecia como negra. . (Luciene Silva, 41 anos)

Observou-se que a estética presente no vestuário, nos cabelos (tranças, 'black') e nos acessórios das professoras negras, dão margem à discussões pertinentes sobre a temática

⁵ Entende-se negritude como qualidade ou condição de negro. Sentimento de orgulho racial e conscientização do valor e da riqueza cultural dos negros.

racial, elas por vezes, utilizam características da raça negra para suscitar o diálogo com os alunos sobre a importância de seu reconhecimento étnico-racial, levando os alunos a refletirem sobre o racismo.

Considerações finais

O propósito desse trabalho, foi compreender e analisar a influência da história de vida de professoras negras na sua prática pedagógica. Nossos questionamentos surgiram a partir da compreensão da lei 10.639/03, que não é reconhecida e abordada de maneira correta no cotidiano escolar. Entendemos que a lei por si só não garante o ensino de cultura e história africana e afrodescendente dentro da sala de aula, uma vez que perpassa a visão não só do professor, mas de todo conjunto escolar sobre o tema étnico-racial.

Buscamos por meio da história de vida, compreender como as experiências e o processo de construção da identidade das professoras, influenciou sua prática, e também como utilizaram a lei 10.639/03 para trabalhar de maneira eficiente as questões raciais.

Foi muito importante para o caráter pedagógico da pesquisa, ouvir as histórias de superação e empoderamento das entrevistadas, uma vez que, suas vivências se mostraram fundamentais na hora de construir sua prática educacional, na recusa de acabar perpetuando o racismo presente em nossa sociedade. As entrevistadas atribuíram grandes significados aos acontecimentos causados pelo racismo, e a toda uma superação pela qual foi possível tornar quem elas são hoje.

A construção da identidade negra de todas as entrevistadas não aconteceu do nada. Tudo partiu de um processo gradativo e vivenciado por meio de uma interação social que ocorre em diferentes meios de socialização. Gomes (2012) afirma que “nenhuma identidade é construída no isolamento”. Todas as entrevistadas confirmaram isto, quando contaram sobre o seu processo identitário, que foi sendo envolto entre as relações, e construídos com o passar tempo.

Percebemos que suas experiências pessoais foram importantes para a construção do pertencimento racial das professoras, e fundamental na definição dos seus posicionamentos dentro da escola. Elas compreenderam a importância de trabalhar a lei todos os dias, a todo o momento, em diferentes disciplinas e situações. Nos seus relatos vimos que, em suas histórias de vida, elas acharam ferramentas para contribuir de maneira positiva com as necessidades mais urgentes da nossa sociedade, como combate ao racismo, respeito ao próximo e aceitação

peçoal. E como sua estética de maneira geral, era usada em sala de aula como uma ferramenta para suscitar diferentes discussões sobre as relações raciais.

Em vários momentos da entrevista, algumas delas compartilharam sobre o viés político que há nas suas decisões pedagógicas dentro da escola. Não são apenas questões ideológicas, mas também a criticidade necessária para contribuir com uma educação efetivamente de qualidade para todos.

É preciso ter comprometimento com a educação, e isso não está apenas atrelado a sua definição racial, todos os professores precisam estar comprometidos em discutir relações étnico-raciais na escola, afinal trata-se da nossa história, é a história do nosso país e tal conhecimento não pode ser negado.

Referências

- ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: imaginário, poder e exclusão social**. Curitiba, 2003. Dissertação de Mestrado em Educação, UFPR.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal – Lisboa: Edições, 70.Lisboa: 2009.
- BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- _____. _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 001/2004**. Brasília, 2004
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- D’ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**; tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FONSECA, SELVA G. **Vidas de Professores : Diálogos de Formação**. In Anais II. IX ENDIPE. Águas de Lindóia. São Paulo, 1998.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **História de vida: uma abordagem emancipatória aliando pesquisa e formação de professor reflexivo**. Disponível em:<http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=314:historia-de-vida-uma-abordagem-emancipatoria-aliando-pesquisa-e-formacao-de-professor-reflexivo&catid=4:educacao&Itemid=15.> Acesso em: 18 de Outubro de 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Cortez, 2010. 104p.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Disponível em:<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>.> Acesso em: 18 de Outubro de 2016.
- _____. **Educação e identidade negra**. Disponível em:< <http://www.letras.ufmg.br/poslit>.> Acesso: 18 de Outubro de 2016
- _____. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Disponível em:<<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2017

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

_____. _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 003/2004**. Brasília, 2004

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Ministério da Educação. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 de Outubro de 2016

LIBÂNEO, J. Carlos. Produção de saberes na escola: suspeitas e respostas. In: **Didática: currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p. 11-45

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MOITA, Maria da Conceição. **Percursos de Formação e de Transformação**. In NÓVOA, António. *Vidas de Professores*. Portugal, Porto ed., 1995.

REIS, Maria da Conceição dos. **Prática Pedagógica e Cultura Popular: uma relação possível**. Recife: PROEXT-UFPE & Ed. Universitária da UFPE, 2014.

RICHARDSON, R.J: **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. SP: Atlas, 1999.

SANTOS, Cláudio Fernandes dos. **Lei 10.639/03xPráticas Pedagógicas: uma articulação possível?**

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras Negras: identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.